

Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação.

*Ney Luiz Teixeira de Almeida.**

Tratar da relação entre o Serviço Social e a política educacional tem sido uma situação acadêmica com a qual me deparo recorrentemente ao longo dos últimos nove anos, muito em razão dos investimentos realizados à frente do Projeto de Extensão Educação Pública e Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Contudo, nos últimos três anos se intensificaram os encontros e as demandas para discutir o papel e a inserção do assistente social no campo educacional. As razões que levaram ao alargamento desta agenda e que vem envolvendo não só os assistentes sociais, mas Secretários Municipais de Educação, professores dos diferentes níveis de ensino, os Conselhos Regionais de Serviço Social e os alunos de graduação, constituem a preocupação central que orientou a elaboração deste texto¹.

É inegável que, ao longo desses anos, não pude me furtar a responder às perguntas sobre os motivos da pouca presença do profissional de Serviço Social na área de educação - sobretudo nas escolas -, em termos da composição do nosso mercado de trabalho; principalmente, conforme os argumentos apresentados por aqueles interlocutores, quando são “muitas as proximidades entre o trabalho do assistente social e a área de educação”. Compreendo que parte do interesse manifesto pelos participantes desses encontros aponta para uma clara expectativa de ampliação do nosso mercado de trabalho em direção a uma área com que muitos guardam estreitas vinculações e motivações político-profissionais². É a partir dessas duas marcas: a proximidade da atuação do assistente social com a área de educação, em função da dimensão sócio-educativa de sua intervenção, e a expectativa em relação à ampliação do mercado de trabalho, que vou procurar apontar algumas das mudanças qualitativas que venho observando em relação a este debate.

Já em reflexões anteriores eu apontava para as tendências presentes no Serviço Social em termos de sua aproximação teórica e prática ao campo educacional, salientando, dentre elas, o movimento de reconhecimento e validação da pertinência da atuação do assistente social em função da dimensão educativa de seu trabalho.

* Professor Assistente da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do Curso de Serviço Social da Universidade Castelo Branco. Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense.

¹ Este trabalho reúne idéias que venho socializando, ao longo do período já aludido, em encontros que tomam o trabalho do assistente social na área de educação como tema central, e foi elaborado com o intuito de orientar a exposição que realizarei no I Encontro de Assistentes Sociais na Área de Educação, no dia 28 de março de 2003 em Belo Horizonte.

² O comentário que faço, neste momento, não está apoiado em nenhum estudo rigoroso, mas numa constatação construída a partir dos contatos diretos com os participantes desses encontros. Dentre os interessados na ampliação deste campo de trabalho encontra-se um número expressivo de estudantes que se identificam com o campo educacional, da mesma forma que tantos outros expressam sua preferência pela área da saúde ou pelo trabalho do assistente social no sistema penal, ou seja, trata-se de uma identificação e de um desejo que não pressupõe uma relação direta com o contorno do mercado de trabalho em termos das oportunidades ocupacionais efetivamente apresentadas na atualidade. Estas identidades se relacionam muito mais à trajetória de vida e profissional dos estudantes, sendo que vários deles exercem atividades ligadas ao magistério ou tiveram formação para tanto, preferindo, no entanto, seguir uma carreira de nível superior distinta daquela formação anteriormente recebida. Um outro fator que concorre para este interesse diz respeito à compreensão do significado estratégico que a educação tem na formulação de novos valores e no processo de luta em torno de uma nova sociedade. Assim, a dimensão estratégica da educação no “processo de transformação social” é um dos mais marcantes elementos justificadores desse interesse.

Durante muitos anos a associação entre Serviço Social e educação esteve, quase que de forma automática, relacionada ou ao campo da formação profissional ou à dimensão educativa do trabalho dos assistentes sociais. As razões não nos são desconhecidas: uma franca alteração no perfil do mercado de trabalho, no que se tange à efetiva atuação dos assistentes sociais no âmbito dos estabelecimentos e da política educacional ao longo dos anos 70 e parte dos 80, a afirmação do debate e das práticas sobre educação popular que se estenderam para além dos muros institucionais, além do reconhecido avanço teórico e político que as abordagens sobre a formação dos assistentes sociais ganharam no final deste século, particularmente face à atuação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (Almeida: 2000a, 19-20).

Ainda que esta identificação exista e qualifique parte dos argumentos em defesa de uma maior aproximação entre os pólos dessa relação, não podemos deixar de salientar que ela carece de um maior desdobramento, seja do ponto de vista teórico ou político, para sustentar uma justificativa ou explicação quanto à presença dos assistentes sociais na área de educação. Venho insistindo em uma outra forma de abordar a questão que busca não afastar esta preocupação dos esforços acadêmicos, organizativos e políticos que particularizam a trajetória da profissão ao longo das últimas décadas e que convergem para a afirmação do nosso projeto ético, político e profissional. Entendo, portanto, a recente aproximação do Serviço Social ao campo educacional como caudatária dos avanços e acúmulos teóricos da profissão nas discussões em torno das políticas sociais como *locus* privilegiado da ação profissional, assim como da própria organização política da categoria e das estratégias de articulação aos movimentos sociais que atuam na construção de um novo projeto societário, onde a luta pela conquista da cidadania se tornou um componente fundamental para sua unidade.

Este tipo de leitura retira da percepção imediata dos pontos de convergência entre as práticas profissionais e sociais, características de uma dada dimensão da vida social, o foco central de análise, recolocando-o em outro patamar, o do reconhecimento das ações profissionais que tomam o campo das políticas sociais como campo de interesse teórico, profissional e político para o Serviço Social. Deste modo, compreendo que o tratamento das possibilidades de atuação do Serviço Social no campo educacional é mediado por movimentos que se inscrevem nas relações políticas e institucionais que a categoria profissional, enquanto sujeito coletivo, tem travado na própria dinâmica da sociedade brasileira.

Em um primeiro momento, destaco o avanço da produção acadêmica da profissão em torno das políticas sociais e o enfoque sobre as particularidades do trabalho dos assistentes sociais nessa área como o lastro intelectual necessário para se pensar sua inserção na área de educação não como uma especulação sobre a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mas como uma reflexão de natureza política e profissional sobre a função social da profissão em relação às estratégias de luta pela conquista da cidadania através da defesa dos direitos sociais das políticas sociais. Em uma certa medida, é possível afiançar que tal avanço não só abriu perspectivas para o exame da área de educação, enquanto área de interesse profissional para o assistente social, mas também em relação a tantas outras políticas setoriais ou áreas de atuação do Estado, como as voltadas para a terceira idade, o sistema sócio-jurídico, a segurança pública, juventude, esporte, lazer, cultura e as ações afirmativas

em relação às questões de gênero, raça e etnia. Trata-se, portanto, de um avanço que, embora se expresse de forma diferenciada em cada uma dessas áreas, representa o movimento de maturidade intelectual da profissão³.

Em um segundo momento, ressalto o avanço político e organizativo de nossa categoria profissional que, sobretudo, através das entidades representativas, com especial destaque ao conjunto que envolve o Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social, têm conseguido garantir uma certa coesão e sintonia entre os avanços nos campos intelectuais e políticos, de modo que as discussões sobre a inserção do assistente social em determinadas políticas setoriais, não consagradas em termos de mercado de trabalho, não só não se descole da intervenção coletiva da categoria na dinâmica social como se expresse como uma de suas principais estratégias na luta por uma sociedade sem injustiças e desigualdades sociais.

A política educacional aparece no cenário das preocupações profissionais hoje de uma forma diferenciada da que tínhamos há alguns anos. Não se trata mais de uma aproximação saudosista quanto a um campo de atuação profissional que minguou com o tempo, mas de um interesse ancorado na leitura do papel estratégico que esta política desempenha do ponto de vista econômico, cultural e social. As mudanças ocorridas ao longo das últimas três décadas do século vinte no modo de produção capitalista foram decisivas para um conjunto diversificado de requisições ao campo educacional.

Essas transformações na esfera da produção e da cultura impõem dois desafios centrais para a educação, vinculados exatamente às suas funções econômicas e ideológicas, estratégicas no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo: a garantia de uma formação técnica flexível, adequada às exigências dos novos padrões de produção e consumo e às variações do mercado de compra e venda da força de trabalho, assim como a garantia de uma formação ideologicamente funcional ao paradigma da empregabilidade.

O alcance planetário dessas mudanças fornece um novo contorno à divisão internacional do trabalho e da produção cultural, exigindo ações mais articuladas e de proporções mais amplas na garantia das condições necessárias para o desenvolvimento das novas estratégias formuladas pelo capital nas três últimas décadas. (Almeida, 2000b, 153).

Sob esta perspectiva, a política educacional passa a sofrer um tratamento teórico e político diferenciado no Serviço Social, trilhado em três direções principais. A primeira relacionada ao seu significado no âmbito das mudanças no campo do trabalho e da cultura e sua dimensão estratégica para a atuação do profissional de Serviço Social. A segunda expressa um novo patamar de tratamento da formação profissional pelo Serviço Social com relação a sua vinculação à política de educação superior, expressa, sobretudo, a partir das produções resultantes dos esforços empreendidos pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social⁴. A terceira é aquela que resgata as experiências

³ Como comprovação deste tipo de leitura basta observar que todas as temáticas, acima aludidas, constituíram campos de preocupação e debate no último Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizado ao final de 2001 no Rio de Janeiro. E, para todas estas áreas haviam teses a serem apresentadas contendo reflexões teóricas sobre as mesmas e relatos de experiências profissionais.

⁴ Destaco aqui dois marcos que ilustram uma mudança de tratamento da política educacional nesta direção. Primeiro as reflexões produzidas para o processo de elaboração das novas Diretrizes para o Curso de Serviço Social em ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de *et alii*. "Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate". *Cadernos Abess*. n. 7. São Paulo: Cortez, 1996.

profissionais e que vêm sendo socializadas nas últimas três edições do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em 2001, 1998 e 1995⁵.

Entendo, desta forma, que as reflexões e as experiências produzidas pelo Projeto de Extensão Educação Pública e Serviço Social (PEEPSS) da UERJ, ao longo dos últimos nove anos, assim como as do Laboratório de Extensão: Organização de Experiências nas áreas de Serviço Social, Trabalho e Educação (Lext-Oesste) da UCB, em um período mais recente⁶, das quais tenho participado, podem ser compreendidas como expressões deste novo tipo de leitura da relação entre Serviço Social e Educação, na medida que sintetizam em suas atividades de pesquisa e extensão uma produção intelectual que é alimentada e que realimenta as ações de profissionais, não só assistentes sociais, que atuam na área de educação. Ainda que tal investimento se localize no interior de instituições universitárias, suas atividades não se caracterizam como ações intestinas. Ao contrário, revestem-se de um caráter estratégico em relação ao próprio movimento empreendido no Serviço Social no plano intelectual e organizativo, na medida que apóiam a sistematização de experiências e a capacitação dos profissionais que atuam no campo educacional.

Cabe sinalizar o papel de referência destes projetos para a discussão da relação entre o Serviço Social e a educação a partir de algumas de suas contribuições para a afirmação da inserção profissional do assistente social nesta área a partir de um movimento coletivo que destaca sua função social e política na defesa e ampliação das políticas sociais.

- ✓ A produção de artigos e apresentação de experiências nas três edições do CBAS acima apontadas.
- ✓ A participação no Seminário Nacional sobre a Política de Ensino Superior no Brasil: A Regulamentação da LDB as implicações para o Serviço Social, realizado em 1999 em Brasília.
- ✓ A participação nos Congressos Nacionais de Educação (CONED).
- ✓ A realização de cursos de capacitação para assistentes sociais que atuam na área de educação.
- ✓ A orientação de cerca de 40 monografias de graduação e 10 de pós-graduação, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, sobre o trabalho do assistente social na área de educação.
- ✓ A participação em encontros promovidos pelas Secretarias de Educação de Quissamã (RJ) e Uberlândia (MG) e para discutir o papel do assistente social na área de educação.

p15-57. A outra a destinação do primeiro número da Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social para a discussão da reforma da educação superior e Serviço Social. ABEPSS. "Reforma do Ensino Superior e Serviço Social", *Temporalis*. N. 1. Brasília, ABEPSS, 2000. 184p.

⁵ Vale destacar que o CBAS de 1995 é o primeiro no qual são apresentadas teses que se referem às experiências profissionais na área de educação, contudo, é apenas no de 2001 que a educação figura como um Grupo de Trabalho independente, vindo a expressar as mudanças as quais me refiro neste texto com relação a ampliação do interesse profissional com relação a esta área de política social.

⁶ Tanto o PEEPSS quanto o Lext-Oeste são projetos de extensão universitária que articulam ações no campo da formação profissional de assistentes sociais, produção de conhecimentos e intervenção direta junto à população na área educacional. Suas linhas de ação estão voltadas para um enfoque das questões educacionais a partir de eixo teórico assentado na relação entre trabalho e educação e na questão da cultura, e são organizadas em termos de atividades de: capacitação continuada, pesquisas e levantamentos, sistematização de experiências profissionais e estágio supervisionado.

- ✓ A participação em encontros e mini-cursos promovidos pelos Conselhos Regionais de Serviço Social de Minas Gerais e do Rio de Janeiro para tratar da inserção do assistente social na área de educação.
- ✓ Assessoria prestada para equipes de trabalhadores da área de educação.
- ✓ A coordenação de grupos de estágio em Serviço Social na área de educação.

A contribuição desses projetos para o fortalecimento de um novo estágio da relação entre o Serviço Social e a política educacional apenas sublinha a dimensão coletiva deste esforço que conta com outros importantes sujeitos coletivos, conforme já sinalizei. Destarte, resgato que a ampliação da agenda de debates sobre o tema é, também, uma resultante desse processo de maturidade intelectual e da organização política da categoria profissional e, nesta mesma linha de raciocínio, contribui para a consolidação de um empreendimento conjunto que envolve o meio acadêmico e profissional.

Gostaria, agora, de retomar aquelas preocupações, inicialmente apontadas nos encontros dos quais tenho participado e neste próprio trabalho, com relação ao mercado de trabalho e à proximidade da dimensão educativa de nosso trabalho à área da educação. Embora constituam expressões legítimas dos interesses de diversos estudantes e assistentes sociais, elas, por si só, não contribuem hoje, a partir do quadro apresentado sobre as novas tendências de abordagem do tema, para a visualização de outras possibilidades de ação profissional, assim como os desafios que lhes são decorrentes. Mas, na medida que elas permanecem como uma inquietação para muitos é preciso prosseguir na direção da abordagem sobre a qual tenho apontado, para que se dirimam as dúvidas existentes.

Curiosamente, a questão da dimensão educativa de nossa atuação acaba por se articular com o interesse em torno da ampliação de nosso mercado de trabalho como uma das principais preocupações que os trabalhadores da área de educação, em especial os do ensino fundamental, têm em relação a nossa presença nas escolas. O receio é compreensível e eu já alertei várias vezes, em outros encontros como este, para o risco que certas vias de consolidação de nossa inserção no campo educacional provocam, particularmente aquelas que se assentam apenas na aprovação de leis criam a carreira de assistente social na área de educação.

A escola, ao longo da história de educação no Brasil, sempre sofreu com as ações “revolucionárias, doutrinárias e salvadoras” elaboradas de forma distante do cotidiano escolar e implantadas sob uma forte tradição autoritária. Infelizmente, ainda conservamos muito de uma cultura política autoritária em todas as instâncias da vida social, inclusive na educação. Basta verificarmos como foi efetivada uma verdadeira reforma no sistema educacional brasileiro ao longo dos últimos oito anos, onde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação é uma de suas mais emblemáticas expressões, sem que fossem consideradas a árdua trajetória de luta e as propostas e reivindicações dos movimentos sociais ligados à educação. Desta forma, a presença de mais um profissional na escola, imputada, geralmente, por meio de uma lei, sem a discussão prévia com os profissionais da educação e sob o argumento de que este profissional enfatiza em seu trabalho justamente uma dimensão educativa, é de fato preocupante para quem atua na área.

As dúvidas sobre o papel a ser desempenhado por esse profissional expõe desconhecimentos de ambas as partes. Por um lado, se alardeia sobre a possibilidade de sobreposição de funções e habilidades com relação às ações educativas que se dirijam para uma formação pautada na construção da cidadania. Por outro, se causa profundo mal estar ao vincular a presença do assistente social à consolidação de práticas assistencialistas no universo escolar. Olhar para o problema unilateralmente,

ou de forma isolada do que acontece na sociedade, no âmbito das políticas sociais e na própria área de educação, só amplia as possibilidades de novas distorções. Parece-me que mais adequado do que pensar o que poderá fazer este profissional, sob um prisma mais idealizado, é pensar a partir do que vem determinando sua presença hoje no âmbito da política educacional como parte da dinâmica social e não como mera expressão de um desejo ou inquietação de uma categoria profissional.

Além dos fenômenos relacionados às mudanças no mundo do trabalho e da cultura, que produzem importantes impactos na política educacional, tornando-a objeto de preocupação política e profissional para diversos profissionais, em especial os assistentes sociais - já tratado anteriormente -, outros fenômenos sociais têm incidido diretamente sobre o campo educacional, configurando as bases institucionais e sócio-ocupacionais que têm justificado o aumento da presença dos assistentes nesta área de intervenção do Estado.

O primeiro fenômeno relaciona-se a uma tendência no campo das políticas governamentais voltadas para o enfrentamento da pobreza e para a garantia de uma renda mínima que tomam a inserção e a participação no ensino regular das crianças das famílias atendidas. Os programas de bolsa-escola, nas suas mais diferentes feições, são ilustrativos desta situação. O que tenho observado é que a própria diversificação e ampliação dos programas e projetos sociais, sejam eles de corte municipal, estadual ou federal, voltados para o enfrentamento da pobreza acabam reforçando esta tendência e criando vínculos institucionais entre as diversas secretarias e instâncias as quais se subordinam com a rede de ensino fundamental por todo o país.

O segundo deles está relacionado à ampliação das refrações da questão social que se manifestam no cotidiano escolar, determinando, entre outras situações, a necessidade de diálogo e aproximação do professor com um universo de categorias profissionais e serviços sociais como parte da estratégia de desenvolvimento de suas próprias atividades laborativas. Constitui exemplo desta situação a articulação com as redes e profissionais de saúde, da assistência social, do lazer, da cultura e, também, da segurança pública. Em cada realidade regional ou municipal, este relacionamento pode ganhar contornos temporários ou estruturais. Para ilustrar esta tendência, basta recuperar a proposta inicial dos Centros Integrados de Educação Pública, os CIPEs do Rio de Janeiro, que previam a existência de uma equipe multiprofissional nas suas unidades envolvendo médicos, dentistas, recreadores e assistentes sociais. Proposta similar vem sendo empreendida hoje pela prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, que está montando uma equipe composta por um amplo leque de profissionais de diversas áreas para atuar nas escolas, ainda que não vinculados a uma delas, mas a determinados complexos de escolas, contudo, enquanto profissionais pertencentes ao quadro da área de educação.

Nos dois casos é possível observar que a complexificação da questão social tem sido acompanhada da fragmentação de uma de suas principais estratégias de enfrentamento: as políticas sociais. Em síntese, os usuários e a própria rede de instituições que compõem o campo da política de educação não se relaciona mais da mesma forma com a rede de proteção social das demais políticas setoriais. Existem nítidos sinais de estrangulamento e redimensionamento deste relacionamento indicando que novos espaços ocupacionais, assim como novas dinâmicas interinstitucionais, estão sendo forjadas como alternativas à nova realidade social. Tanto as unidades educacionais passam a necessitar direta ou indiretamente de novos aportes sociais e profissionais para o desenvolvimento das suas funções sócio-institucionais tradicionais, quanto as instituições e os profissionais da rede de

proteção social passam a formular projetos e ações exclusivamente dirigidas para as escolas. Exemplificam esta situação tanto os assistentes sociais que vêm sendo contratados para atuar nas escolas quanto os assistentes sociais que atuam em unidades de saúde, por exemplo, e que desenvolvem projetos especiais para as escolas, como os de saúde do adolescente, dinamizadores para o processo de doação de sangue e discussão sobre drogas ou sexualidade.

Lidar com esta realidade exige mais do que os esforços empreendidos no sentido da ampliação das competências e habilidades daqueles profissionais que atuam no campo das políticas sociais sejam eles educadores, médicos ou assistentes sociais. Muito embora este caminho sinalize uma certa sintonia da formação profissional com a dinâmica da realidade social, realimentando os projetos pedagógicos de formação dos profissionais de nível superior a partir de novas necessidades e compromissos sociais, esta alternativa não se dá de forma homogênea em relação às diversas profissões e nem apresentam resultados imediatos. Desta forma, outras alternativas vêm sendo construídas no mundo do trabalho, em especial com relação ao trabalho desenvolvido no campo das políticas sociais, como as ações e projetos de capacitação continuada, a ênfase na formatação de equipes e atividades multiprofissionais ou interdisciplinares, e, ainda, a reformulação das próprias lógicas de organização dos trabalhos coletivos e a criação de novas modalidades de trabalhadores, não mais requisitados por suas formações específicas, mas pelos perfis que dispõem para as novas funções e demandas sociais.

Procuo, ainda, compor a análise desta situação situando que o próprio mercado de trabalho do assistente social no campo educacional dever ser avaliado de um modo diferente. Há mais ou menos dois anos se iniciou um processo de inserção de assistentes sociais na área de educação na região sudeste. Coloco como um desafio mais atual e urgente o acompanhamento desses processos de contratação como uma estratégia voltada para a ampliação efetiva deste mercado de trabalho. Para tanto apresento algumas justificativas importantes. Destaco primeiro, o fato de que pela ausência de tradição de atuação dos assistentes no ensino fundamental, que muitas contratações possuem um caráter temporário ou experimental. Nestes casos, o êxito dessas práticas constitui um fator central para a ampliação do mercado de trabalho, embora o que seja decisivo mesmo seja a vontade política dos municípios em ampliar seus recursos humanos como forma de investimento social.

Um segundo argumento diz respeito às situações em que as contratações são realizadas mediante concursos públicos. Neste caso, o que observo é que ora eles são aproveitados a partir de sobras ou remanejamento de vagas de concursos para outras áreas, ora são realizados concursos específicos para a educação, mas que não tratam da particularidade da atuação nesta área em termos de bibliografia (o que é até certo ponto compreensível em relação à produção do Serviço Social, mas não em termos da legislação) como se observa em concursos para as áreas de saúde e criança e adolescente, por exemplo. Esta pode parecer uma questão menor de imediato, mas atinge centralmente um dos principais problemas da história da atuação dos assistentes neste campo e um dos receios dos profissionais da área: a ausência de clareza de como atuar e a possibilidade de sobreposição de funções e habilidades.

Uma terceira e última justificativa para o acompanhamento desses processos de contratação está relacionada aos processos de preparação dos candidatos e de discussão em torno das áreas definidas para a atuação dos assistentes sociais. Como tenho insistido na dimensão coletiva deste processo, creio que a atuação dos Conselhos Regionais e dos grupos institucionais que tomam esta

área como objeto de preocupação sejam decisivos para articular a dinâmica do mercado de trabalho e o projeto de organização política e luta em torno da ampliação e democratização das políticas sociais.

Uma importante questão ainda resta ser tratada e está relacionada às anteriores. Pensar a atuação do assistente social na área de educação requer pensar a política educacional em sua dinâmica e estrutura, o que significa dizer que o espaço escolar é apenas uma das imensas possibilidades de atuação deste profissional no campo educacional. Identifico que, talvez, pelo fato de que a escola represente simbólica e objetivamente de forma mais completa a área de educação, muitas vezes este privilégio do espaço escolar como *locus* de atuação dos assistentes sociais conduz a uma leitura reducionista e equivocada da política educacional e, por conseqüência, das nossas próprias atividades profissionais e de nosso mercado de trabalho.

A política educacional se estrutura em áreas como a da educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, a educação superior e a educação de jovens e adultos, entre outras. E em todas elas existem assistentes sociais atuando, sendo que em muitas já há algumas décadas. Vale destacar que esta amplitude da política educacional seja no conjunto das práticas sociais que regulamenta, seja no conjunto das profissionais e instituições que engloba, aponta tanto para a diversidade de formas de inserção que deve ser recuperada quando for referido o trabalho do assistente social na área de educação, quanto para o grau de desconhecimento que a própria categoria profissional tem desta política setorial.

As atividades de assessoria, de estágio e de investigação das quais tenho participado, tanto no PEEPSS quanto no Lext-Oesste, têm possibilitado identificar algumas características do trabalho que os assistentes sociais têm desenvolvido nesta área de política social apesar de sua diversidade. Analisando as atividades desenvolvidas, os projetos por eles elaborados ou implementados e os programas dos quais participam os assistentes sociais pude agrupar quatro focos centrais desta atuação. O primeiro envolvendo as ações e atividades que convergem para a garantia do acesso da população à educação escolarizada. São atividades relacionadas à concessão de bolsas, definição de critérios de elegibilidade institucional, elaboração de diagnósticos populacionais para ampliação da capacidade de cobertura institucional e a mobilização e a organização política de grupos sociais com vistas à garantia do acesso à educação.

O segundo foco relaciona-se às atividades e ações que visam garantir a permanência da população nas instituições educacionais. Dentre estas atividades encontram-se as ações interinstitucionais dirigidas para a mobilização da rede de proteção social local, como os serviços de saúde, de transporte, os Conselhos Municipais ligados aos diversos campos dos direitos sociais e os programas e projetos sociais das demais instâncias governamentais. São ações que favorecem desde o encaminhamento para atendimento na rede de serviços sociais mais próxima até a inclusão em programas sociais que incidem diretamente sobre as condições objetivas da população no que diz respeito à permanência dela ou de alguns de seus membros no sistema educacional.

O terceiro foco diz respeito às ações e atividades que são realizadas pelos assistentes sociais com o intuito de garantir a qualidade dos serviços prestados no sistema educacional. Neste caso, são desenvolvidas atividades conduzidas exclusivamente por assistentes sociais como por equipes multiprofissionais, das quais participam, voltadas para a discussão dos problemas sociais e educacionais. São atividades promovidas como parte de um processo de formação ampliada da população. A perspectiva de uma educação alicerçada na luta pela conquista e ampliação da cidadania

é a referência central de atuação neste foco. A organização de atividades com os pais e responsáveis, com a comunidade local, com os próprios alunos e profissionais da educação para tratar de questões relacionadas aos problemas e desafios sócio-educacionais é parte de um processo social e educacional do qual professores, assistentes sociais, sociólogos, sanitaristas, psicólogos e outros profissionais têm contribuído e participado.

O último foco relaciona-se ao desenvolvimento de atividades que apontam para o fortalecimento das propostas e ações de gestão democrática e participativa da população no campo educacional. São atividades desenvolvidas junto a segmentos sociais como coletivos e grêmios estudantis, sindicatos, associações de pais, de moradores e profissionais da educação no sentido de instrumentalizar e apoiar os processos de organização e mobilização sociais no campo educacional.

É interessante salientar que estes focos não são observáveis apenas no campo educacional, mas a sua identificação, nos trabalhos dos quais participo ou acompanho a partir dos projetos de extensão, se deu a partir do exame das diferentes atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais nesta área. Da mesma forma, posso complementar que em níveis diferentes de intensidade, todas as atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais pesquisados que atuam na área de educação, no Rio de Janeiro, se inscrevem nesta divisão e que as mesmas estão presentes em qualquer área de atuação, ou seja, desde a educação infantil até a educação superior.

Para encerrar este breve balanço, não poderia deixar de tratar de dois pontos cruciais na perspectiva de análise da relação entre o Serviço Social e a política educacional. O primeiro é que me filio a uma trajetória de tratamento do tema que enfatiza tanto a vinculação desta relação à dinâmica das políticas sociais e às ações dos sujeitos coletivos que dela participam quanto o enfoque das possibilidades, limites e desafios da inserção dos assistentes sociais pela via da compreensão da organização do trabalho coletivo no âmbito dos estabelecimentos educacionais. O resultado desta escolha é que apreendo a inserção dos assistentes sociais nesta área não como obra do desejo individual ou como resultado de uma licença que nos foi concedida, mas como resultante de uma dinâmica social.

O segundo ponto, decorrente do primeiro, é que ao enfatizar a perspectiva de análise via a organização do trabalho coletivo no interior de cada tipo de estabelecimento educacional, credito às competências e habilidades profissionais demarcadas separadamente em cada associação ou conselho de classe um papel importante, mas secundário, para a compreensão do fazer profissional dos trabalhadores da área de educação, incluindo aí os assistentes sociais. A análise dessas práticas tem revelado que essas fronteiras previamente estabelecidas acabam sofrendo outras determinações, impostas pela lógica da organização do trabalho coletivo, provocando modalidades de atuação que se explicam muito mais pela relação que estabelecem com a dinâmica da política social do que com as especialidades profissionais.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. "O Serviço Social na educação". *Revista Inscrita*. N. 6. Brasília: CEFESS, 2000a. p19-24.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. "Educação". *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 3. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000b. p151-163.